

Os desafios de ser mãe universitária: Reflexões sobre fatores de proteção em grupo de mulheres



<https://doi.org/10.56238/futuroeducpesqtrans-023>

Marcella Sandim Couto Greco Ferreira

Mestre em Psicologia

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Lilian Maria Borges

Doutora em Psicologia

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

RESUMO

Ser mulher-mãe em contexto universitário acarreta o desafio de conciliar diferentes demandas em meio a exigências socioculturais e pessoais de uma maternidade idealizada e de uma produtividade acadêmica. Esta pesquisa-intervenção teve por objetivo investigar situações de vulnerabilidade e levantar fatores de proteção psicossocial conforme as percepções e vivências de mães universitárias a

partir do desenvolvimento de um programa grupal com dezoito discentes de cursos de graduação e de pós-graduação, de universidades públicas e privadas, com filhos de até 5 anos. Ao longo de sete encontros, buscou-se favorecer o diálogo e a construção de um espaço coletivo para reflexões conjuntas e trocas de experiências. As participantes destacaram a relevância das práticas grupais para discussão sobre o ser mulher-mãe em contexto universitário e sugeriram que estas ações sejam inseridas nas IES como modo de proteção à saúde mental das discentes e de fortalecimento de suas redes de apoio. O estudo mostra a importância de se promover ações capazes de minimizar desigualdades de gênero no meio acadêmico, bem como de legitimar os projetos de vida de estudantes em situações de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Saúde Mental, Saúde da Mulher, Mães, Universidades.

1 INTRODUÇÃO

A conciliação entre maternidade e trabalho por mulheres inseridas em distintos contextos promove a visão de que o campo profissional e o papel parental estão implicados mutuamente (MOREIRA, NARDI, 2010). Além de cuidar dos filhos e prover o sustento da família, muitas mulheres têm buscado outras formas de atender suas necessidades e interesses e várias delas têm encontrado no meio acadêmico possibilidades para se desenvolverem e expandirem seus projetos de vida. Nesse sentido, a pluralidade de mulheres-mães que ocupam as universidades como graduandas e pós-graduandas movimenta um questionamento: por que as pesquisas e as práticas educacionais e de assistência em saúde mental pouco tem ressaltado as necessidades e os desafios enfrentados por essas mulheres?

A ocupação de espaços por mulheres-mães no ambiente universitário, intensamente marcado pelo masculino, continua, em grande parte, a ser ignorada. Nessa perspectiva, em resistência a um sistema ainda excludente, foram identificados 25 coletivos maternos, distribuídos pelo Brasil, que atuam de forma a reunir mulheres-mães inseridas em Instituições de Ensino Superior (IES), fortalecendo-as, dando visibilidade e promovendo causas que tem como objetivo alcançar



transformações que favoreçam a permanência de tais mulheres nessas instituições. Quinze dos coletivos identificados são relativos à região Sudeste e outros dois atuam em nível nacional (SILVA; SALVADOR, 2021). Contudo, faltam dados que possam identificar as percentagens de mulheres-mães presentes nas IES, ainda que os coletivos tenham, até aqui, garantido da melhor forma suas representações.

Faltam também a essas mulheres espaços voltados para a promoção da saúde e prevenção de adoecimentos frente aos desafios vivenciados no exercício concomitante de atividades parentais e acadêmicas. Nesse sentido, buscou-se, nesta pesquisa-intervenção, desenvolver um processo de interação grupal online com mulheres-mães universitárias, de caráter psicoeducativo e emancipatório, tendo por objetivo construir um espaço de conscientização, encorajamento, trocas de experiências e reflexões conjuntas acerca dos fatores que constituem risco ou proteção à saúde mental de mulheres que conciliam demandas universitárias, em nível de graduação ou pós-graduação, e os cuidados a seus filhos de até cinco anos. Espera-se, desse modo, contribuir para a ampliação e o fortalecimento de discussões e ações relacionadas à ocupação e à persistência de mulheres-mães em espaços sociais significativos, como é o caso das universidades, fomentando a complementaridade de atividades acadêmicas, funções maternas e projetos de vida.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

2.1 AS BARREIRAS E OS DESAFIOS DE SER MÃE UNIVERSITÁRIA

A ciência, na Idade Moderna, caracterizou-se pela exclusão das mulheres dos espaços de construção e transmissão de saber. Desse modo, as instituições de ensino superior foram, por séculos, destinadas quase exclusivamente aos homens. Ainda hoje, trata-se de um espaço que pode apresentar resquícios de desigualdades, repressão e intimidação para as mulheres (ALMEIDA, 2023).

As universidades representam o mais alto grau educacional e um ambiente rico em produção de conhecimentos e trocas acadêmicas. Entretanto, é somente a partir da década de 1970, com as críticas ao modelo educacional eurocêntrico e o advento da epistemologia feminista, que se inicia, na América Latina, um processo de defesa de um modelo educacional crítico nestas instituições e de busca de igualdade de direitos e condições com base na construção de espaços acadêmicos propícios ao acesso, à permanência e a segurança física e emocional, a serem viabilizados por ações políticas (ALMEIDA, 2023).

No caso das alunas que tem filhos em tenra idade, destaca-se a ausência de creches, fraldários e moradia estudantil conjunta para suas crianças (ALMEIDA, 2023). Assim, frente as infindáveis manifestações de poder que garantem a hegemonia dos homens brancos, as mulheres-mães se encontram no ponto de maior vulnerabilidade institucional, sobretudo as que já estão afetadas do ponto



de vista das desigualdades socioeconômicas, raciais e de gênero como antecessoras às possíveis violências praticadas no meio universitário.

Fontel (2019), ao abordar mulheres que passam por experiências de maternidade nas universidades, chama a atenção para os julgamentos que estas relatam vivenciar nos contextos acadêmicos e familiares, quando se tornar mãe é associado à indisciplina. Destaca desde queixas do estranhamento e recusa do corpo-grávido no espaço universitário até relatos de constantes esforços e reajustamentos para atender à necessidade de conciliação entre atividades de naturezas distintas. Quando os sistemas de apoio são insuficientes e as necessidades se sobrepõem, culminando na presença da criança na instituição de ensino, os desafios para a estudante-mãe podem incluir dificuldades de ordem relacional com o corpo docente e com outros discentes.

Esta realidade adversa gera obstáculos para que a mulher com filhos pequenos dê continuidade à sua formação na educação superior, gerando atrasos e paralisações no curso ou mesmo a desistência. Conforme Prates e Gonçalves (2018, p. 9), *“a opção de parar os estudos e voltar depois que a vida materna estiver estabilizada nem sempre é o que realmente acontece, pois com o tempo vão surgindo novos obstáculos e dificuldades que acabam desanimando essas mulheres, a ponto de desistirem definitivamente da trajetória acadêmica”*. As barreiras previstas podem ainda desestimular o ingresso da mulher-mãe em cursos de graduação ou pós-graduação, levando-as a não considerarem ou a adiarem esse projeto.

Uma pesquisa realizada, em 2014, para investigar os aspectos socioeconômico dos discentes de graduação no Brasil, mostrou que apenas 11,78% do(a)s graduando(a)s possuíam filho(s). Comparando as regiões brasileiras, a percentagem de estudantes com filhos mostrou-se maior nos estados do Norte (19,74) e menor no Sudeste (8,01%). No que se refere aos cuidados a crianças de menor idade no período de estudo do(a)s graduando(a)s com filhos, verificou-se que 71,84% deles deixavam seus filhos com familiares quando estavam na instituição de ensino, sendo tal prática mais acentuada nas regiões Centro-Oeste (79,3%) e Nordeste (75,35%). A proporção de estudantes que levava seus filhos para a universidade também era relativamente maior nestas regiões (5,55% no Norte e 4,69% no Centro-Oeste) (FONAPRACE, 2014).

Apesar dos constantes desafios que dificultam a ocupação do espaço universitário por mães, há modos de resistência. Entretanto, observa-se comumente uma representação estereotipada e ideológica destas alunas como *“mulher guerreira”*, que deve, de modo individual, mostrar esforços e criatividade em uma resistência de *“todo dia”* (FONTEL, 2019), mesmo que, comumente, careçam de habilidades para compreenderem suas próprias emoções e sentimentos. Frente ao desafio de ajustar demandas da vida acadêmica e materna, 34 mulheres que se tornaram mães enquanto cursavam Pedagogia foram ouvidas por Prates e Gonçalves (2018), quando relataram suas lutas diante de fatores dificultadores de suas permanências em uma universidade pública. Tais dificuldades incluíam a falta



de suporte social e prazos curtos para cumprirem atividades acadêmicas em casa em meio a vários contratempos relacionados aos cuidados ao bebê e ao desempenho de atividades domésticas. A licença maternidade foi tida como curta e descrita como uma fase complicada e tumultuada. Ainda assim, quase a totalidade delas deram continuidade ou conseguiram concluir a educação superior.

Corrêa *et al.* (2021) apontam uma conjunção de fatores que influenciam a vida de discentes mães, em nível de graduação e pós-graduação, e as colocam em uma posição de vulnerabilidade, tais como “*a falta de redes de apoio, a conciliação da maternidade com o trabalho e a universidade e a falta de assistência institucional*” (p.4). Para as autoras, faz-se necessária a criação de políticas que promovam espaços de acesso, permanência, inclusão e progressão, de modo que as mulheres possam ter suas carreiras asseguradas e as pautas maternas sejam incluídas e legitimadas, como tem ocorrido em diversos coletivos materno-universitários pelo país.

Nesse contexto, mulheres-mães universitárias têm-se unido e gerado espaços de discussão e reflexões conjuntas, nos quais são levantadas narrativas mais expressivas de suas necessidades e das problemáticas vivenciadas no ensino universitário, entendido como um dos caminhos de realização de seus projetos de vida e de busca de realização pessoal e profissional.

O Coletivo Mães da UFRJ (2021)¹ manifestou, em carta redigida à reitoria da referida instituição, as lutas enfrentadas pelo direito ao acesso, permanência e progressão nos espaços de produção de conhecimento. Dentre os pontos listados ao longo de quatro páginas, estão a ausência de dados que identificam matrículas de discentes mães na universidade; dificuldades enfrentadas em conduções quando carregam os filhos no colo; barreiras postas por parte dos docentes; e falta de estrutura física para inserir os filhos, como ausência de trocadores. As autoras da carta apontam ainda a incongruência das práticas internas à universidade quando comparadas aos direitos garantidos às mulheres-mães fora dos muros acadêmicos. Como ressaltado por Prates e Gonçalves (2018), a Constituição Federal de 1988 prevê 120 dias de afastamento relativo à licença maternidade concedida a trabalhadora gestante, enquanto a legislação educacional assegura somente 90 dias às estudantes.

As realidades plurais das mulheres-mães, em suas distintas configurações biopsicossociais e culturais, os aspectos econômicos e familiares somados às exigências e práticas parentais acabam por contribuir para o aumento de desigualdades e vulnerabilidades, culminando muitas vezes em sofrimentos psíquicos. Por outro lado, é também preciso evidenciar a relevância de práticas institucionais e dos setores de saúde que visem assegurar condições protetoras e promotoras da saúde para esse público.

¹ O Coletivo de Mães da UFRJ trata-se de uma rede de apoio e mobilização não institucional, composta por mães da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



2.2 SAÚDE MENTAL DE MULHERES-MÃES UNIVERSITÁRIAS: VULNERABILIDADES E FATORES DE PROTEÇÃO

Desde os anos 1970, observa-se uma considerável e crescente elevação da participação feminina em contextos acadêmicos. Guedes (2008) ressalta ter havido a “feminização” desses espaços no Brasil. No entanto, evidencia contradições na trajetória das mulheres universitárias que desaguam em modelos menos articulados com o espaço doméstico e deixa marcas presentes em outras esferas sociais, desenhadas por um modelo patriarcal. Contudo, a análise proposta na presente pesquisa, sem considerar o levantamento ou compreensão das intersecções presentes na dupla jornada maternidade-universidade (ou múltiplas jornadas), reafirma o apagamento da categoria “mãe”, que visamos inserir e destacar. A mulher com o corpo grávido, o corpo que amamenta, que é colo, não tem encontrado dentro das políticas institucionais e estruturas de muitas IES espaços de acesso, permanência e existência, o que implica veladamente na evasão (FONTEL, 2019).

Diante de tantas circunstâncias que evidenciam vulnerabilidades no tocante a vida acadêmica e a prática parental, pensar em deliberações que possam melhorar a qualidade de vida das mulheres-mães nas universidades não é só necessário, como urgente. Para tanto, é importante promover discussões e levantamento de informações quanto a saúde mental das mães universitárias, sinalizando que o adoecimento mental é multifatorial e que a promoção da saúde requer o reconhecimento das áreas que integram a vida destas sujeitas, sobretudo considerando suas duplas ou múltiplas jornadas e o desafio constante da conciliação de tarefas externas e projetos de vida com o exercício do papel materno.

Castro *et al.* (2018) apontam que as vulnerabilidades mais presentes na população feminina no Brasil referem-se a fatores socioeconômicos e culturais que evidenciam desigualdades de gênero, educação, renda e emprego. As autoras reafirmam essas vulnerabilidades ao descreverem o acúmulo de funções no cotidiano, na medida em que recai sobre as mulheres os cuidados com os filhos e outros familiares, além do trabalho remunerado e o doméstico. Tudo isso pode gerar sobrecarga, elevar os níveis de estresse e, por vezes, comprometer a saúde.

Ao conceituar etimologicamente o termo vulnerabilidade, Sevalho (2018, p.184) afirma que “[...] vulnerável refere-se a ferida, dano físico, emocional ou social, que metaforicamente remete ao significado de magoar, ofender, ferir sentimentos ou moral”. Por sua vez, Carmo e Guizado (2018) apontam os desafios na conceituação deste termo, estando sua compreensão atrelada a múltiplos aspectos que fragilizam os sujeitos no exercício de sua cidadania. Nessa perspectiva a noção de vulnerabilidade, segundo Sevalho, deve ser levada em consideração nos esforços de promoção da saúde e de empoderamento dos sujeitos.

Em termos amplos, situações de vulnerabilidades podem ser percebidas, em distintos contextos, como a debilidade na capacidade de os indivíduos agirem e se defenderem. Isso resulta na



conjunção de fatores individuais, coletivos e contextuais que oferecem maior risco ao desenvolvimento de transtornos e adoecimentos, assim como dificultam o acesso aos recursos necessários para se proteger (AYRES et al., 2003). No contexto da presente pesquisa, vulnerabilidade é compreendida como aspectos que sinalizam estresse, esgotamento emocional, ansiedade e depressão na população universitária, sendo as mulheres as mais atingidas (PADOVANI et al., 2014; VENTURA, 2017).

Nesse sentido, pensar e atuar com foco na promoção à saúde mental é evidenciar as necessidades biopsicossociais dos sujeitos, em diálogo com a alteridade, a partir de uma prática com características críticas e emancipatórias. O caráter emancipatório pode ser desenhado pela perspectiva da liberdade (Freire, 2021), em que os caminhos da liberação são os do oprimido que se libera: ele não é coisa que se resgata, é sujeito que se deve autoconfigurar responsavelmente.

Para Sevalho (2018), a Educação Popular em Saúde proposta por Paulo Freire, promove competências para a construção de práticas protetivas integradas ao cotidiano, em que os componentes individuais, sociais e programáticos convergem para compor, socialmente, compreensões críticas de situações enfrentadas pela população como opressão. Tais práticas só terão sentido se nelas a pessoa vulnerável se descobrir como sujeita de sua própria vida, na busca por conquistar liberdade e autonomia.

Nesse sentido, vale ressaltar que a promoção de saúde, neste trabalho, não foi construída *para* as sujeitas da pesquisa como um método fechado e vertical, mas foi constituída horizontalmente, *com* elas. Ou seja, foram construídas com as mães universitárias as vias de compreensão das informações referentes à saúde mental e cenários de enfrentamento de situações e aspectos do cotidiano com potencial para diminuir os fatores de vulnerabilidade identificados através de suas próprias narrativas e contribuições.

A finalidade não foi desconsiderar as teorias pré-existentes, mas configurar um espaço de saber popular, acadêmico e de construção de conhecimento focalizado nas sujeitas que vivenciam intersecções distintas e são marcadas pelas formulações patriarcais sobre seu papel na sociedade. Buscou-se legitimar suas narrativas e refletir sobre o poder acadêmico, que ainda concebe os enfrentamentos das mulheres por um viés repartido pelas desigualdades de gênero, cientificismo e pela opressão que lhes diminui os espaços de acolhimento, desenvolvimento e saúde.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste estudo, a pesquisa-intervenção foi utilizada para promover comunicações dialógicas no contexto de interesse – grupos de mães universitárias -, unindo teoria e prática de modo processual. Ao reconhecer a importância dos contextos sociais na compreensão da saúde, a pesquisa-intervenção possibilita a implicação de atores sociais na construção do campo a ser investigado (RENAULT, RAMOS, 2019):



É sabido que esta modalidade de pesquisa apresenta uma relação circular, como apresentado por Renaul e Ramos (2019). As autoras relatam que a participação somente é efetiva quando todos os envolvidos se implicam na realização da análise de forma coletiva e, por conseguinte, a análise possibilita a identificação e modificação de diferentes atributos de participação, promovendo a autonomia e a cogestão.

Participaram desta pesquisa 18 (dezoito) mulheres-mães discentes de universidades das redes pública e privada, organizadas em dois grupos, formados por oito e dez integrantes respectivamente, que atenderam aos seguintes critérios de inclusão no estudo: ter, no mínimo, 18 anos; estar matriculada há, pelo menos, um semestre letivo em curso de graduação ou pós-graduação em instituições de ensino superior no Brasil; e ter filhos com até cinco anos de idade.

Respeitando a Resolução CNS no. 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, que aprovou as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, o projeto deste trabalho foi primeiramente submetido à avaliação de um Comitê de Ética na Pesquisa, via Plataforma Brasil, sendo aprovado pelo Instituto Estadual de Cardiologia Aloysio de Castro – IECAC sob o número de parecer 5.590.875 (CAAE 60102022.6.0000.5265).

A captação das participantes foi realizada a partir da divulgação da pesquisa por meio de plataformas digitais, tais como *Facebook*, *Instagram* e grupos de *WhatsApp*. No convite para participação, foi informado o link para o preenchimento do formulário de manifestação de interesse, alocado na plataforma *Formulário Google*. Por meio de mensagens de texto enviadas por *WhatsApp* ou *Email* foram agendadas entrevistas semiestruturadas, que foram conduzidas de modo individual e remoto conforme a preferência de dia e horário de cada uma das sujeitas selecionadas. Em seguida, as participantes foram organizadas em dois grupos, previstos para ocorrerem em dias e turnos diferentes, de acordo com as disponibilidades apresentadas.

Os encontros individuais ocorreram através da plataforma *Google Meet*. Em um primeiro momento, informações acerca dos objetivos, procedimentos e cuidados éticos da investigação foram oferecidas por meio da leitura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e dúvidas foram esclarecidas. O TCLE foi apresentado em um documento enviado via *WhatsApp*, no qual cada mulher declarou sua concordância ou não em participar na pesquisa. A confidencialidade dos dados e o anonimato das mulheres foram assegurados. Essas medidas visaram garantir que a participação das sujeitas fosse voluntária e baseada em informações claras e suficientes.

Para a realização dos grupos, o dia e horário das atividades foram alinhados com as participantes, que já haviam sinalizado sobre suas disponibilidades e preferências. Os encontros aconteceram em esquema semanal, na modalidade remota, através da plataforma digital *Google Meet*, com duração aproximada de 90 minutos, sendo coordenados pela primeira autora, que, com o consentimento de todas, gravou em vídeo e transcreveu todas as sessões.



No desenvolvimento dos grupos, as mulheres foram reunidas em dois agrupamentos distintos, a partir de suas disponibilidades de horário, contendo cada um deles discentes de cursos de graduação e de programas de pós-graduação. Um dos grupos ocorreu no turno da tarde e o outro no turno da noite. Na realização dos encontros, as participantes foram estimuladas a manifestar perspectivas, experiências, concepções a partir de temas geradores.

Foram previstos sete encontros, cada um deles norteado por um tema gerador específico. A partir desses temas, foram estimuladas as narrativas das universitárias, com ênfase em aspectos subjetivos, como suas preocupações, expectativas e anseios. A condução dos grupos, portanto, voltou-se para estimular o relato de percepções e vivências das participantes sobre “ser mãe-universitária”, criando espaço propício para a discussão, a reflexão conjunta e a troca de experiências.

A análise dos dados gerados foi articulada com a metodologia fenomenológica, que consiste em captar o sentido das experiências, acessando o fenômeno da forma como ele se apresenta (GRAÇAS, 2000). Na prática de pesquisa fenomenológica, busca-se, no relato de cada participante, sua experiência vivida. Nessa direção, na análise dos relatos foi preciso a aproximação das mulheres para além das teorias e ideias da pesquisadora. Neste tipo de análise, alguns aspectos são importantes, como a sistematização dos depoimentos, buscando invariantes e variantes. Desse modo, a análise realizada pela pesquisadora, após o encontro concreto, seguiu de forma colaborativa, procurando a compreensão do conjunto de todo o material, de modo a descrever o fluxo ou suas impressões. O passo seguinte direcionou-se a buscar eixos de significado do material em sua inteireza. Toda a análise caminhou para a articulação desses eixos, resultando em um texto de base compreensiva (AMATUZZI, 2011).

É importante ressaltar que a pesquisadora adotou uma postura participativa e circular nos encontros grupais, possibilitando a construção conjunta das práticas, discussões e reflexões propostas. A perspectiva adotada foi de que a pesquisa não se reduz a descrição da realidade, mas implica na possibilidade de modificá-la. Nesse sentido, como facilitadora no grupo desempenhou um papel de estímulo à transformação do contexto pesquisado, ou seja, a emancipação de mulheres-mães universitárias (RENAULT; RAMOS, 2019).

O processo, portanto, incluiu a dimensão participante da própria pesquisadora. Como ressalta Snyder *et al.* (2019, p.3), “fazendo pesquisa, educo e estou me educando, ao pôr em prática os resultados não estou somente educando ou sendo educado, estou pesquisando outra vez”. Como a pesquisadora apresenta interesse em conhecer os níveis de percepção do fenômeno real que atravessa a vida de mães discentes, assim como ela própria é, seria no mínimo contraproducente a ocupação de um papel secundário nesta pesquisa científica.

Nessa direção, Snyder *et al.* (2019) usam a perspectiva de transformação social para explicar o método em questão, partindo das contribuições de Paulo Freire. Compreendem que a prática



direcionada à saúde com base em crítica social apresenta potencial para promover um espaço de relação. Como já dito, essa modalidade de pesquisa participativa ancora-se em uma metodologia que enfatiza os saberes dos integrantes do território de estudo.

De modo a compreender, a partir das participantes, suas percepções e significados das experiências vivenciadas os encontros foram gravados e posteriormente transcritos, e um caderno de campo também foi utilizado para registrar suas percepções e observações. A cada encontro, colocou-se com escuta ativa e participativa, reunindo materiais importantes para a condução dos grupos, como textos reflexivos e atividades de respiração.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES

A pesquisa-intervenção contou com a participação de 18 mulheres, alunas de cursos de graduação e de pós-graduação de instituições públicas e privadas, que foram organizadas, conforme suas disponibilidades e preferências, em dois grupos, cujos encontros *online* ocorreram no turno da tarde ou no turno da noite. Tais grupos foram compostos, respectivamente, por oito e dez integrantes, com média de idade igual a 32,1 anos, provenientes de diferentes regiões do Brasil. A maioria delas estava na faixa etária entre 30 e 39 anos (n=12) e as demais eram jovens adultas de 23 a 29 anos (n=6).

Os grupos, portanto, mostraram uma composição heterogênea. Porém, houve um predomínio de alunas de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado (n=7) ou de doutorado (n=6), estando uma delas vinculada a uma instituição de ensino estrangeira. As pós-graduandas integravam programas de distintas áreas de concentração, incluindo Comunicação, Psicologia, Geografia, Administração Pública, Química, História Política e Ciências da Saúde. Já as graduandas (n=5) eram oriundas dos cursos de Educação, Fonoaudiologia, Fisioterapia ou Medicina Veterinária.

O fato de as sessões grupais terem ocorrido de modo remoto favoreceu a reunião de mulheres de diferentes locais do território nacional, sobretudo das regiões Sudeste (n=8) e Nordeste (n=4). A região Norte foi a única que não teve representação, ao passo que uma das discentes residia em Portugal.

A trajetória acadêmica das participantes mostra que elas iniciaram a vida universitária entre 17 e 25 anos (média de 19,4 anos), sendo que quatro delas cursavam a segunda graduação. De todas as participantes, somente uma estava iniciando a formação em educação superior, ou seja, estava em sua primeira graduação.

Doze das participantes tinham ocupações com atividades remuneradas, principalmente como servidoras públicas ou professoras. Três delas, que se declararam autônomas, dispunham de bolsa de estudos. Dentre as seis que disseram não ter trabalho remunerado, apenas três relataram receber alguma modalidade de benefício estudantil. Das seis bolsas, a maior parte (n=4) eram de pós-graduação.



Prevaleceu a matrícula das participantes em universidades públicas do país, sejam elas de administração federal (n=10) ou estadual (n=3), situadas principalmente no estado do Rio de Janeiro (UFRJ, UFF, UERJ, UNIRIO). Outras importantes universidades federais também estiveram representadas, como Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Questionadas sobre a presença de outras estudantes que tinham filhos ainda crianças, 15 das participantes afirmaram conviver ou ter conhecimento de outras mulheres nesta condição na sua instituição de ensino. No entanto, apenas cinco das sujeitas participavam de grupos de apoio ou de coletivos de mães universitárias. A maioria delas (n=14) também afirmou não contar com serviço de suporte psicológico na universidade. Portanto, apenas quatro disseram haver apoio psicológico acessível nas instituições, apesar de não serem específicas para mulheres-mães.

Oito participantes mencionaram que as universidades em que estudavam dispunham de ações afirmativas ou ofereciam algum tipo de apoio institucional que beneficiavam as alunas que eram mães, tais como licença de 120 ou 180 dias (pós-graduação), regime domiciliar de três meses (graduação), creche ou auxílio creche, trocadores de fralda, abono de faltas para mães lactantes e abono de faltas para mães que apresentassem atestado médico dos filhos. Uma das mães relatou ter sido disponibilizado auxílio financeiro na pandemia para mães em situação de vulnerabilidade social. Houve ainda menção a projetos de pesquisa ou extensão voltados para as mães na universidade, um núcleo de estudos em saúde materno-infantil ligado ao curso de nutrição e a um instituto de maternidade e paternidade.

Ainda que uma das instituições oferecesse o cuidado às crianças em creche, esse serviço era ofertado somente nos turnos matutino e vespertino, não contemplando as mães com crianças pequenas e que estudavam no período da noite. Outras ações, sobretudo aquelas relativas a programas de pesquisa ou extensão, não alcançavam todos os cursos ou campus da IES.

Na análise do perfil dos grupos, é preciso considerar diferenças no padrão usual de exigências entre as alunas de graduação e de pós-graduação, estas últimas em maior número neste estudo, ao contrário do observado na maior parte de outras pesquisas na área, que se voltam predominantemente para a realidade de alunas de cursos de graduação (por ex.: SILVA et al., 2021; MACIEL et al., 2022; SILVA; AGAPITO, 2021; URPIA; AMO; SAMPAIO, 2011). Enquanto as graduandas, em geral, têm necessidade de maior tempo de permanência nas IES para cursar as disciplinas da matriz curricular do curso, as pós-graduandas cursam menos disciplinas e realizam atividades acadêmicas que, em grande parte, tem maior flexibilidade de horários e podem ser feitas no domicílio, embora com necessidade de ambiente que favoreça a concentração diante da usual cobrança de autonomia e de maior produtividade intelectual. Há que se considerar ainda que muitas das participantes, além das tarefas



domésticas e dos estudos, assumiam ocupações profissionais, sobretudo no caso daquelas já graduadas, lidando com múltiplas demandas em seus cotidianos.

Vale ressaltar também as idades das mulheres da pesquisa ao ingressarem nos cursos de graduação, com uma média aproximada de 19 anos. Conforme aponta Sampaio (2008), é preciso considerar que a entrada na vida universitária coincide com uma série de processos relativos à transição do jovem para a vida adulta. Por vezes, neste contexto de mudanças, as jovens vivenciam, simultaneamente, a transição para a maternidade (URPIA et al., 2011). Esse foi o caso de Mutambo e Manacá, cujas gravidezes ocorreram neste mesmo período da vida. Assim, as modificações e adaptações já presentes, referentes a entrada no nível superior, aliou-se as mudanças e ajustes necessários ao período gestacional. E, frente a esses múltiplos desafios, esse ambiente universitário convida veladamente essas meninas a desistirem, interromperem seus projetos de vida, impactando no processo de conhecimento de si mesmas e do mundo.

Estamos diante de meninas que compartilham desejos de vida que envolvem a formação profissional. Como aponta Siegel (2019), as funções cerebrais só se completam por volta dos 24 anos, de modo que elas se encontravam, na ocasião, em idade de maturação cerebral. Ou seja, muitas vezes as jovens passam a lidar com exigências voltadas para a hiperprodutividade, em um universo que impõem a elas que tenham atitudes, decisões e práticas condizentes com pessoas “amadurecidas”, sem terem garantidas condições adequadas e acolhedoras para que se desenvolvam as habilidades e capacidades valorizadas em suas futuras profissões. Pelo contrário, ainda impera uma associação do histórico acadêmico à meritocracia.

A participação de discentes vinculadas a universidades públicas foi predominante, havendo apenas três mulheres matriculadas em instituições privadas. Essa é uma característica constante das investigações na área, em que os estudos costumam ser realizados no contexto de instituições federais (por ex.: SILVA, 2018; SILVA, 2020; SILVA et al., 2021). No caso das alunas provenientes da rede particular de ensino, um ponto importante a ser destacado é referente a preocupação em dispor de recursos econômicos para permanecerem na faculdade e concluir o curso. Em comparação, algumas práticas valorizadas nas instituições públicas, como iniciação científica e participação em projetos de extensão, podem ser facultativas às discentes de instituições privadas. Outras distinções como calendário acadêmico, flexibilidade dos docentes frente às mulheres-mães e a formação dos grupos de apoio e coletivos foram percebidos. Neste sentido, as instituições privadas não são contempladas com movimentos estudantis que favoreçam a permanência na vida acadêmica.

Além disso, receber algum incentivo financeiro na forma de bolsa estudantil foi percebido pelas participantes como um recurso importante para auxiliar na permanência na universidade e no sustento familiar. No entanto, mais da metade delas não dispunham deste tipo de incentivo financeiro. Arabutã, inserida na Universidade do Porto em Portugal, relata "*Não tem bolsa para estrangeiros. Meritocracia*



com discurso de igualdade internacional”. Em relação à assistência estudantil, Maciel et al. (2022) também constataram que a maioria das participantes de seu estudo não recebiam quaisquer tipos de auxílio (n=28, 90,3%) e, dentre as que receberam, o benefício socioeconômico se mostrou prevalente (n=3; 50,0%).

Parte significativa das integrantes dos dois grupos indicaram a presença de outras mães nas instituições de ensino em que estavam inseridas, seja a convivência com outras mães na mesma turma ou a observação da existência de outras mulheres em condições semelhantes no campus universitário. Porém, poucas foram as instituições que dispunham, segundo elas, de políticas de ações afirmativas associadas a gênero.

4.2 REPERCUSSÕES EMOCIONAIS DE SER MÃE UNIVERSITÁRIA

Diante dos desafios vivenciados, impactos socioemocionais tendem a ser percebidos nas mulheres-mães universitárias, tais como medo de traumatizarem os filhos e de não darem conta de seus compromissos maternos e acadêmicos, bem como culpa por não se sentirem muitas vezes uma mãe presente ou uma aluna competente. Apesar de sobrecarregadas e cansadas, elas não conseguem dizer “não” ao excesso de exigências ou pedirem maior apoio de seus companheiros, familiares ou colegas. Sobre isso, Acácia reflete: “(...) *dificuldade de dizer o não, não é nem pras pessoas, mas pras atividades*”. Verifica-se, portanto, esforços para atender a múltiplas demandas e tarefas, que prejudicam tanto a execução de um papel materno satisfatório como o desempenho nos trabalhos acadêmicos, o que tende a gerar sentimentos de incapacidade, impotência, fragilidades e sensação de exaustão.

Esse contexto pode gerar certa frustração nas mulheres por quase sempre priorizarem tarefas e necessidades de outras pessoas, além de medo de não alcançarem alguns de seus objetivos e metas, sejam eles ligados à maternidade ou à vida estudantil. Em suas palavras: “*Então às vezes eu sinto que não estou exercendo a maternidade que eu sempre sonhei. Por conta da sobrecarga, né? Por morar em outro estado, a minha rede de apoio é limitada*” (Manacá); “*Prova bem difícil, não conseguia dedicar tempo para estudar e não consegui fazer a prova*” (Araçá). Observa-se ainda o medo de não viverem uma vida com sentido, de se perceberem sem perspectivas ou, como sinalizado por Cariúna, “*medo de não realizar os meus sonhos*”.

Lidar com tantos desafios pode ocasionar cansaço e a sensação de estagnação, comprometendo o estado emocional das mulheres. Nesse sentido, Aroeira se queixou: “*estou só o pó da rabiola, só existindo. Cansaço, tristeza, começo a sentir dores, aí vem um monte de coisa na cabeça. (...) fico tensa e preocupada*”.

Em resumo, como sinalizado por inúmeros autores, a inserção da mulher no mundo dos estudos ou do trabalho, sobretudo quando repleta de autocobrança e/ou acompanhada de questões de assédio



moral, sexual, psicológico e/ou de gênero, pode impactar a sua saúde mental, com diversos sintomas, tais como tristeza, tensão, medo, culpa, impotência (ARAÚJO, 2007; MARIANO; CARLOTO, 2009; MENEZES et al., 2012). Como salientado ao longo deste trabalho, marcadores de gênero, raça e classe social perpassam as relações de cuidado, configurando experiências de maternidade singulares, que podem incluir adoecimento psíquico e obstáculos para o crescimento acadêmico (BATISTA, 2021).

Maciel et al. (2022) observa que os desafios para conciliar estudos e demandas maternas tende a gerar nas mães estresse, autoestima baixa e falta de ânimo. Embora no estudo desenvolvido por estes autores tenha se observado um predomínio de autoestima moderada entre as mães universitárias participantes, verificou-se em suas respostas afirmações de caráter negativo relacionadas a sentirem-se inúteis, insatisfeitas consigo mesma, carentes de autorrespeito e com sensação de insignificância.

4.3 FATORES PROTETIVOS E RESPOSTAS AOS DESAFIOS COMO CONSTRUÇÃO COLETIVA NOS GRUPOS

Fez parte do movimento dos grupos de mulheres-mães universitárias pensar em ações e práticas capazes de favorecer condições de enfrentamento aos inúmeros estressores presentes na conciliação de atividades maternas e acadêmicas, de modo a minimizar os impactos psicossociais vivenciados e garantir melhores condições de saúde e de vida para elas e suas famílias. Como apresentado a seguir, isso requer potencializar os recursos e ampliar os suportes práticos e emocionais às mulheres que vivenciam essa condição.

4.3.1 Construções coletivas sobre fatores de promoção e proteção da saúde de mulheres-mães universitárias

Em nível pessoal. Valorizar o atendimento às próprias necessidades; garantir um contexto de interação social e de lazer; conhecer e respeitar os próprios limites e prioridades; se permitir ter esperança, sonhos/desejos; dar espaço para as próprias emoções; diminuir as responsabilidades que exigem dedicação exclusiva; se permitir fazer novas escolhas e tomar decisões importantes pra viver com sentido; identificar e defender o que for inegociável; identificar e manejar fatores de vulnerabilização que atuam sobre si mesmas a fim de prevenir ou proteger a saúde mental; humanizar-se como mãe.

Em âmbito familiar. Dividir a responsabilidade do cuidado e da educação aos filhos com o genitor e com a rede de apoio permanente; vivenciar momentos de descontração com os filhos e família; educar os filhos com igualdade de gênero; estimular familiares e pessoas do convívio da criança, por exemplo os avós, a acompanharem o desenvolvimento da mesma e participarem de seus cuidados.



Em âmbito social. Promover práticas que legitimem os espaços de inserção e permanência de mulheres-mães; considerar a singularidade das experiências e a pluralidade das formas de ser mulher-mãe; favorecer espaços e estruturas que garantam lazer e maior convivência das mulheres e seus filhos; viabilizar ações mais efetivas do Estado e das políticas públicas que assegurem os direitos das mulheres-mães e das crianças; criar legislações mais severas com homens que abandonam afetivamente seus filhos, com rigor e aplicações de multas; defender tempo compartilhado igualmente entre cuidadores; aplicar leis mais severas sobre as práticas de violências contra crianças e mulheres (em qualquer esfera), inclusive a nível Institucional; identificar vulnerabilidades à luz da maternidade, em que as condições de ser mulher-mãe implica em contextos prejudiciais que comprometem suas vidas e relações; ampliar a possibilidade de escolhas das mulheres e mulheres-mães.

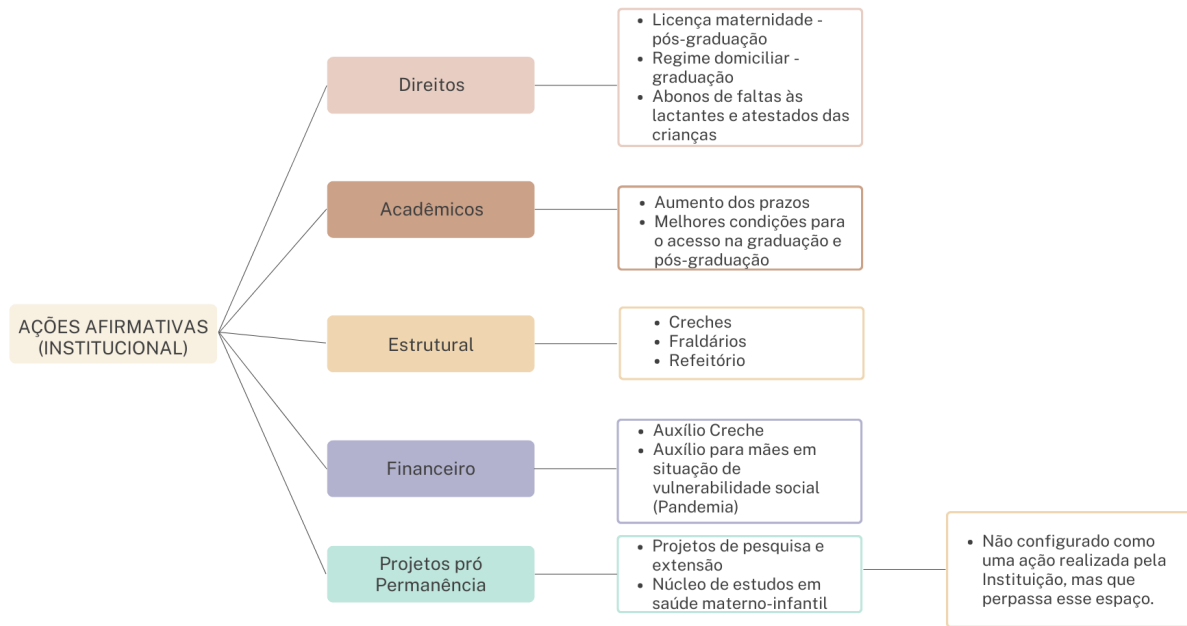
Em âmbito institucional. Garantir acesso a creches e a escolas em tempo integral. Possibilidade de aulas virtuais em contextos específicos; considerar a extensão de prazos para realização de provas e trabalhos quando a saúde da criança ou da mãe estiver em risco (por exemplo, em casos de adoecimento tanto da mãe como dos filhos); promover mais ações para o acesso e permanência nas universidades, como implementação de bolsas, descontos na anuidade, auxílio maternidade; a instituição e seus profissionais se configurarem como rede protetiva, se opondo as práticas de violência e formas de discriminação e opressão; trabalhos interdisciplinares que possam promover nas instituições de ensino, e em outros espaços institucionais, acesso a suportes temporários; educação com igualdade/equidade de gênero e educação sexual.

Em saúde mental. Ampliar espaços de escuta e apoio emocional e psicológico; compreender as diferentes formas de produção de saúde; promover o diálogo dos espaços educacionais com as noções de saúde; promover grupos em psicoeducação e educação em saúde; desenvolver nos profissionais da saúde, sobretudo da saúde da mulher e da saúde mental, criticidade e humanização da assistência.

Como descrito na Figura 1, as iniciativas identificadas pelas participantes como ações afirmativas, promovidas pela instituição e coletivos, subdividem-se em cinco eixos importantes: (1) legitimação de direitos; (2) ações acadêmicas para incentivar o acesso e a permanência de mulheres-mães universitárias; (3) estrutura das IES como espaço que acolhe mães e crianças; (4) incentivos financeiros como estratégias para diminuição de desigualdades e (5) projetos pró assistência e permanência das discentes, que ocorram no ambiente institucional, mas assumam o interesse e o caráter de apoio de movimentos mais individuais e coletivos maternos.



Figura 1. Ações afirmativas das IES segundo as participantes



As formas de enfrentamento e os fatores de proteção apresentados nos grupos de mulheres desta pesquisa mostraram-se condizentes com o que é apontado na literatura, evidenciando um bom conhecimento e esforço crítico das mesmas frente a realidade vivenciada, o que pode inclusive revelar, em alguma medida, um efeito do movimento estabelecido nos encontros grupais, já que este foi um dos últimos temas norteadores abordados.

De acordo com Silva et al. (2021), a construção de um ambiente universitário mais inclusivo, que respeite a maternidade e contribua para a formação de uma sociedade mais igualitária, requer ampliar políticas sistemáticas de ação afirmativa relacionadas ao gênero e políticas adicionais de modo a garantir a permanência desse segmento da população no ensino superior e melhorar suas chances de inserção no mundo do trabalho.

Esse processo inclusivo das mães nas universidades abarca ações concretas e variadas. Por exemplo: flexibilização curricular, com frequência e horários mais flexíveis (para amamentar, fazer a inserção da criança no contexto/creche, cuidar de filho adoecido); acesso a creches próximas, ampliação e melhoria da qualidade de atendimento das creches universitárias ou auxílio-creche; espaços de convivência na universidade, em que os filhos possam permanecer enquanto as mães estudam; auxílios financeiros; assistência psicológica; ampliação das possibilidades de atividades domiciliares; instalação de fraldários; promoção de reflexão sobre gênero entre discentes, docentes e demais profissionais; e salas de amamentação (BEELER et al., 2019; CALDAS, 2022; SILVA, AGAPITO, 2021; SILVA et al., 2021; URPIA et al., 2011). Barradas, Melo e Santos (2021) chamam a atenção para que essas medidas sejam tomadas não como um favor, mas como um direito que deve ser garantido pelo poder público.



Ainda há muito a ser conquistado quanto às pautas reivindicatórias das estudantes que se tornam mães no percurso da formação superior, sobretudo no que se refere às creches, principal demanda identificada. No entanto, suas demandas vêm cada vez mais ganhando visibilidade e algumas mudanças, embora lentas, já tem ocorrido (URPIA et al., 2011). Isso se deve, em grande parte, aos Coletivos de Mães Universitárias, cujos movimentos tem ocorrido no próprio espaço institucional ou por meio de grupos de Facebook e Whatsapp, que possibilitam um espaço de diálogo contínuo, organização de pautas e trocas de experiências entre as mulheres integrantes. O coletivo de mães é percebido como um local acolhedor, solidário, político e de troca de informações pertinentes às mães universitárias, que amplifica suas vozes no intuito de favorecer políticas institucionais que as contemplem (CALDAS, 2022).

Silva e Salvador (2021) mapearam os coletivos e movimentos de apoio à maternidade nas universidades do Brasil e verificaram concentração significativa na região Sudeste, formando uma rede de suporte a partir de movimentos estudantis. Ao todo, foram identificados dezessete grupos, com maior presença no Rio de Janeiro, com os coletivos Mães da UFRJ, Coletivo Dandara de mães e gestantes da UNIRIO, Coletivo de mães da UFF, COPAMA Seropédica e Três Rios (Coletivos de Pais e Mães da UFRRJ). Nas regiões Centro-Oeste e Sul, os coletivos apresentaram a mesma representação, quatro coletivos cada. Já no Nordeste estiveram presentes nas seguintes universidades: UFBA, UFMA e Caxias.

Sobre os coletivos é importante frisar que se configuram como uma rede de apoio mútua, que possibilita reflexões relativas aos desafios na conciliação dos papéis maternos e educacionais, construindo diálogos que alcancem à instituição para implementação de políticas públicas, podendo variar conforme as necessidades presentes em cada realidade e de já se possuir ou não políticas que beneficiem as mães. Não se trata de um grupo promovido pela instituição, mas um movimento de organização dos discentes e docentes apresentando como foco principal a contribuição para a permanência na formação e progressão acadêmica, e na atenção sobre as desigualdades relativas à maternidade, configuradas sobre formas de opressão e violências (SILVA; SALVADOR, 2021).

Ao defender a importância dos coletivos maternos para as mulheres-mães no enfrentamento de desafios sociais e econômicos, Caldas (2022) argumenta que problemas estruturais não deveriam ser enfrentados como um acontecimento pontual e de responsabilidade individualizada e pessoal da mulher. Essas problemáticas não estão desconectadas do contexto maior, pelo contrário. Em ambientes predominantemente marcados por desigualdades, discriminação e outras formas de opressão há uma normalização da individualização, do cuidado do bebê, da resolução dos desafios universitários, que, solitariamente, a pessoa talvez não tenha forças pra enfrentar. Nesse sentido, os coletivos operam na direção de uma ação social transformadora.



É necessário explicar que o trabalho em grupo descrito nesta dissertação, não apresenta como objetivo ser um coletivo de mães, como também não pretende apresentar dados absolutistas. Vale ressaltar que existem diversos movimentos estudantis nas universidades do Brasil (SILVA; SALVADOR, 2021). A proposta central foi a de oferecer um espaço de acolhimento e suporte psicológico e emocional diretivo, e em grupo, tamanha a relevância que este último tem apresentado em estudos atuais. Seria possível dizer, seguindo um dos passos apresentado por Caldas (2022), que se refere ao incentivo para o enfrentamento coletivo, luta por direitos e alternativas que mobilizem transformação sociocultural, que diante da luta já iniciada em movimentos e coletivos há alguns anos atrás, em diferentes áreas do conhecimento, o desejo de dar e receber apoio possa proteger a saúde mental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa se originou de uma inquietação sobre a importância de se estimular e fortalecer mulheres que vivenciam outras funções além do papel materno para se engajarem em discussões e reflexões em que, enquanto valorizem suas individualidades, possam também serem reconhecidos interesses e necessidades comuns entre elas. Assim, pressupõe-se que poderão desfrutar da força de ações advindas de processos de conscientização e de mobilização social, rompendo estereótipos e visões limitadoras de suas experiências.

Nos espaços grupais promovidos, as participantes compartilharam variadas percepções e experiências, sentindo-se identificadas e ouvidas. Nesse contexto, mostraram ter não somente dificuldades em desempenhar atividades frente às suas múltiplas jornadas, mas também evidenciaram ter que lidar com barreiras socioculturais, como uma visão romantizada e idealizada da maternidade e com desigualdades de gênero, sociais e raciais no desempenho de seus papéis sociais como mãe e estudante de nível superior.

Contudo, os desafios e impactos psicossociais identificados e discutidos nos encontros grupais deram margem a pensar coletivamente em respostas e estratégias, em nível micro ou macro, que são capazes de favorecer a continuidade dos projetos de vida “acadêmico” de mulheres-mães. No âmbito institucional, seja ele acadêmico, profissional ou de assistência à saúde, foi tido como fundamental que os órgãos responsáveis implementem políticas que possam proteger a saúde materno-infantil. Ademais, reconhecer suas necessidades, vulnerabilidades e compreender seus limites e prioridades foram condições discutidas nos grupos como necessárias para a mulher valorizar o autocuidado e o autoconhecimento, de modo a não dissociar a mulher da mãe e buscar um alinhamento com seus sentidos de vida.



REFERÊNCIAS

- AMATUZZI, M. M. Pesquisa fenomenológica em Psicologia. In: BRUNS, M. A. T.; HOLANDA, A. F. (Org.). **Psicologia e Fenomenologia: Reflexões e Perspectivas**. Campinas: Editora Alínea, 17-25, 2011.
- ARAÚJO, A R. Assédio moral organizacional. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Porto Alegre, v. 73, n. 2, p. 203-214, 2007.
- AYRES, J. R. C. M.; FRANÇA JÚNIOR, I.; CALAZANS, G. J.; SALETTI FILHOS, H. C. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA D.; FREITAS C. M. (Org.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 117-139, 2003.
- BARRADAS, P.; MELO; MELO, P.; M. G.; SANTOS, R. S. A. Mãe UNIVERSITÁRIAS: uma pesquisa etnográfica. In: X Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2021.
- BATISTA, M. S. S. Maternar na pandemia: experiências de mulheres mães universitárias em tempos de Covid-19. 2021. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.
- BEELER, W. H.; SMITH-DOODY, K. A.; HA, R.; AIYAR, R. S., SCHWARZBACH, E.; SOLOMON, S. L., JAGSI, R. Institutional Report Cards for Gender Equality: Lessons Learned from Benchmarking Efforts for Women in STEM. **Cell Stem Cell**, v. 25, n. 5, p. 306-310, 2019.
- CALDAS, J. S. Coletivos feministas de mães universitárias: apoio mútuo e luta por reconhecimento institucional. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura) - Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, 2022.
- CARMO, M. E.; Guizardi, F., L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Caderno de Saúde Pública**, v. 34, n. 3, e00101417, 2018.
- CASTRO, E. K.; PEUKER, A. C.; PINTO, M. J. C. Perspectivas Contemporâneas em Saúde da Mulher: contribuições da saúde. In: SEIDL, E. M.; MIYASAKI, M. C. O. S.; RAMOS-CERQUEIRA, A. T. A.; DOMINGOS, N. A. (org). **Psicologia da Saúde: Teorias, Conceitos e Práticas**. Curitiba: Juruá, p. 133-152, 2018.
- CERÁVOLO, K. **O Começo da Vida: A Atuação do Psicólogo Perinatal no Parto**. Rio de Janeiro: MedBook, 2019.
- CORREA, M. S.; CALMON, L. de S.; REZNIK, G.; FERREIRA, M. S. C. G.; MENÉNDEZ-DELMESTRE, K.; BAPTISTA, S. F. Maternidade e Ensino Superior: A Extensão universitária como Ferramenta para a promoção da equidade de gênero nas universidades. Anais do III Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, 2021.
- FONTEL, L. S. Mães Na Universidade: Performances discursivas interseccionais na graduação. Dissertação. (Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.
- FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (FONAPRACE). III Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES, Brasília, 2014.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.



GUEDES, M. de C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 15, p. 117-132, 2008.

GRAÇAS, E. M. das. Pesquisa qualitativa e a perspectiva fenomenológica: fundamentos que norteiam sua trajetória. **REME, rev. min. enferm;** vol. 4, n.1/2, p. 28-33, 2000.

MACIEL, Q. S.; SEHNEM, G. D.; KEGLER, J. J.; SIQUEIRA, F. D.; COGO, S. B.; ALMEIDA, D. C. S.; MELLO, G. B. de; MEDEIROS, L. da S. de; MARTELLI, G. M.; BELTRAME, G. da R. Autoestima de mães universitárias no ambiente acadêmico. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n.10, e11032, 2022.

MARIANO, S. A.; CARLOTO, C. M. Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 3, p. 901-908, 2019.

MENEZES, R. de S.; SANTOS, T. S.; VELOSO, N. de O.; FREITAS, V. N. de; SANTOS, M. S.; MOHAMAD, A. A. R. Maternidade, trabalho e formação: lidando com a necessidade de deixar os filhos. **Construção Psicopedagógica**, v. 20, n. 21, p. 23-47, 2012.

MOREIRA, L. E.; NARDI, H. C. “Vida de equilibrista”? Modos de ser Mãe e Trabalhadora: Trajetórias de Mulheres em Diferentes Contextos Sociais. **Revista Interamericana de Psicologia**, vol. 44, n.1 p. 187-19, 2010.

PADOVANI, R. da C.; NEUFELD, C. B.; MALTONI, J.; BARBOSA, L. N. F.; SOUZA, W. F. de; CAVALCANTI, H. A. F.; LAMEU, J. do N. Vulnerabilidade e bem-estar psicológicos do estudante universitário. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v.10, n.1. p. 2-10, 2014.

PRATES, S. R.; GONÇALVEZ, J. P. Educação superior e relações de gênero: atividades domiciliares para mães estudantes de pedagogia. **Revista Internacional de Educação Superior**, v .5, e019030, 2019.

RENAULT, L.; RAMOS, J. Participar da análise, analisar a participação: aspectos metodológicos de uma pesquisa-intervenção participativa em saúde mental. **Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 4, p. 61-72, 2019.

SAMPAIO, S. M. R. Observatório da vida estudantil: histórias de vida e formação na educação superior. Anais do III Congresso Internacional Sobre Pesquisa (Auto)biográfica. Natal, 2008.

SIEGEL, D. J. **Cérebro adolescente: a coragem e a criatividade da mente dos 12 aos 24 anos**. Tradução: Ana claudia Hamati. São Paulo. Versos, 2016

SILVA, A.P. R. S., AGAPITO, J. Mães-estudantes: a luta pelo direito à educação. **Monumenta – Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 2, n. 4, p. 125 - 151, 2021.

SILVA, E. L. da; BENITEZ, P.; MIZAEEL, T. M.; PASIAN, M. S. Portrait Mother’s Narratives in the Academic Context. **SciELO Preprints**, 2021.

SILVA, J. M. S. **Mães Negras na Pós-Graduação: Uma abordagem interseccional**. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Universidade Federal da Bahia, 2020.

SILVA, J.; SALVADOR, A. C. Coletivos de Mães Universitárias rompendo com a história da exclusão feminina nas universidades. Anais do 31º Simpósio Nacional de História - **AMPUH- BRASIL**, 2021.



SNYDER, R. E.; OLIVEIRA, L. R. de; RIBEIRO, C. D. M.; CORRÊA, M. R.; CARDOSO, C. A. A.; ALVES, F. A.; LATINI, R. M. O desenvolvimento de uma pesquisa-intervenção com uma comunidade urbana. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, p. 296-306, 2016.

URPIA, A. M. O.; SAMPAIO, S.M. R. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, S. M. R. (Org). **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos**, Salvador: EDUFBA, p. 145-168, 2011.

VENTURA, C. A. A. Saúde mental e vulnerabilidade: desafios e potencialidades na utilização do referencial dos direitos humanos. **SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, v.13, n.4, p. 174-175, 2017.